

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA Nº 38/2009

Regula os procedimentos para a identificação e julgamento, até 31 de dezembro de 2009, dos processos judiciais distribuídos até 31 de dezembro de 2005 – Meta de Nivelamento nº 2 do CNJ, no âmbito da Justiça de Primeira Instância do Estado do Ceará, bem como para realização da semana de conciliação envolvendo os aludidos feitos judiciais.

O DESEMBARGADOR JOÃO BYRON DE FIGUEIRÊDO FROTA, CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os Objetivos Estratégicos e as Metas Nacionais de Nivelamento constantes da Resolução nº 70 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ -, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que uma das Metas Nacionais de Nivelamento, denominada “Meta 2”, é “Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores) até 31/12/2005”;

CONSIDERANDO que o primeiro objetivo institucional do Tribunal de Justiça, constante de seu Planejamento Estratégico, é a agilização da prestação jurisdicional da 1ª e da 2ª instância, com qualidade e eficiência;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça - CNJ promoverá, entre os dias 14 e 18 de setembro de 2009, campanha para a Semana Nacional de Conciliação - Meta 2;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as ações destinadas a garantir o cumprimento da Meta 2, no âmbito da Justiça de Primeira Instância,

RESOLVE:

DOS PROCEDIMENTOS GERAIS

Art. 1º Esta Portaria regula os procedimentos para a identificação e para o julgamento, até 31 de dezembro de 2009, dos processos judiciais distribuídos até 31 de dezembro de 2005, na Justiça de Primeira Instância do Estado do Ceará, bem como a realização da SEMANA DA CONCILIAÇÃO DOS PROCESSOS DA META 2, no âmbito das Unidades Judiciárias do Interior do Estado.

Art. 2º. Informar que listagem dos processos ativos da justiça comum de primeiro grau, distribuídos até 31/12/2005, está disponibilizada em: INTRANET – SISTEMAS – SPROC – RELATÓRIOS – RELATÓRIO GERENCIAL DE PROCESSOS – LISTAGEM DOS PROCESSOS DA META 2 DO CNJ.

Parágrafo único. Os processos do Juizado Especial que estejam incluídos na Meta 2 serão objeto de identificação física, conforme estabelecido no art. 4º, inciso IV, desta Portaria.

Art. 3º Os Juízes de Direito, gestores naturais da META 2 em suas respectivas jurisdições, designarão um ou mais servidores de sua respectiva unidade judiciária para exercerem a função de subgestor da Meta 2.

Parágrafo único. Os nomes completos dos subgestores designados, as alterações, inclusões ou exclusões de nomes, deverão ser encaminhadas, através do e-mail institucional da Comarca/Vara, ao e-mail corregedoria@tjce.jus.br, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da publicação desta Portaria.

Art. 4º Cabe ao subgestor da Meta 2:

I - baixar os arquivos eletrônicos a que se refere o art. 2º desta Portaria Conjunta;

II - identificar e separar os processos em quatro categorias:

a) “autos conclusos para despacho” ou “Concluso para despacho/decisão”;

b) “autos conclusos para sentença” ou “Conclusos para julgamento”;

c) em fase de instrução;

d) em fase de recurso.

III - Atualizar o sistema informatizado, quando forem identificados processos cuja movimentação não corresponda à realidade;

IV - identificar, fisicamente, os processos do Juizado Especial distribuídos até 31/12/2005, separando-os em categorias, conforme especificado nas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II deste artigo;

§ 1º O subgestor deverá utilizar etiqueta, que conterà os dizeres “Meta 2”, para identificar os processos incluídos na Meta 2, de forma a facilitar

os trabalhos em sua unidade judiciária.

§ 2º Para facilitar o cumprimento da Meta 2, o subgestor poderá separar os processos por matéria (cível/criminal/família/outras), assunto, autor ou réu, observando-se as categorias elencadas no inciso II deste artigo, selecionando aqueles em que for verificada a viabilidade de conciliação.

Art 5º Os autos com movimentação "conclusos para despacho" ou "Concluso para despacho/decisão" e os autos "conclusos para sentença" ou "Conclusos para julgamento", incluídos na Meta 2, deverão ser encaminhados ao magistrado competente, que deverá dar prioridade na prolação de despacho/decisão ou de sentença.

Art. 6º Os processos da Meta 2, em fase instrutória, serão movimentados e diligenciados pelo subgestor, visando ao encerramento da instrução, de forma a deixá-los conclusos para o magistrado.

Art. 7º Os processos incluídos na Meta 2, em fase de recurso, deverão aguardar decisão da instância superior e, quando devolvidos, terão andamento prioritário, nos termos desta Portaria.

Art. 8º. Doravante, os subgestores deverão prestar a esta Corregedoria, até o dia 5 do mês subsequente, impreterivelmente, as informações sobre a quantidade de processos da Meta 2 que foram julgados, (corregedoria@tjce.jus.br) através do e-mail institucional da Comarca/Vara, informado na PORTARIA Nº 03/2009.

Art. 9. Todas as comunicações, dúvidas e sugestões a serem feitas por magistrados e subgestores, referentes à Meta 2, deverão ser encaminhadas a esta Corregedoria (corregedoria@tjce.jus.br) através do e-mail institucional da Comarca/Vara, constando o nome completo do magistrado e do subgestor.

DA SEMANA DE CONCILIAÇÃO

Art. 10. Os processos referentes à META 2 passíveis de conciliação, deverão ser incluídos em pauta para a semana da conciliação, a ser realizada no período de 14 a 18 de setembro de 2009, devendo a secretaria de juízo proceder à intimação das partes.

Art. 11. Recomendar aos Juizes e Juizas das Unidades Judiciárias do interior do Estado do Ceará, no âmbito de suas jurisdições, no sentido de se engajarem no Movimento pela Conciliação envolvendo somente os processos da META 2, a ser levado a efeito no período de 14 a 18 de setembro próximo, conclamando servidores, operadores do direito e a população em geral, para, através do Poder Judiciário, fortalecer o espírito de cidadania com arrefecimento dos conflitos sociais através da conciliação;

Art. 12 – Ministar aos Srs. Juizes e Sras. Juizas, para efetivação e pleno êxito do Movimento pela Conciliação, as seguintes orientações:

a) reservar o período de 14 a 18 de setembro do ano em curso para realização de audiências conciliatórias, finalidade primordial da Semana pela Conciliação;

b) proceder a triagem dos processos, conforme estabelecido no art. 4º desta Portaria, cuja demanda permita a resolução através da conciliação;

c) utilizar todos os meios de comunicação disponíveis na Comarca para divulgação do Movimento aos jurisdicionados, concitando-os a comparecerem ao Fórum local, independente de intimação, e manifestarem interesse em ter seus processos submetidos a conciliação;

d) utilização de todos os meios céleres para intimação das partes e advogados, evitando meios mais onerosos como telegramas e cartas MP (mão própria);

e) facultar aos Srs. Juizes e Sras. Juizas a possibilidade de utilizar-se de meios criativos para otimizar o Movimento pela Conciliação, ficando a Corregedoria, através dos Juizes Corregedores Auxiliares, receptiva a sugestões;

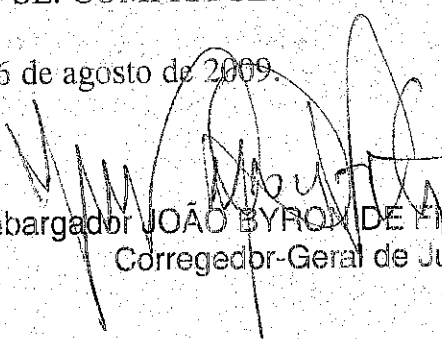
g) alertar que, oportunamente, será disponibilizado sistema informatizado para a coleta e totalização de dados sobre as atividades desenvolvidas na semana da conciliação.

Art. 14º Todas as medidas e iniciativas implementadas para o cumprimento da Meta 2 não poderão afetar o regular processamento das ações e medidas consideradas urgentes e com prioridade legal.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Fortaleza, 26 de agosto de 2009.


Desembargador JOÃO BYRON DE FIGUEIREDO FROTA
Corregedor-Geral de Justiça

- ESTAGIÁRIO - JOSE OLAVO DE N. RAMOS FILHO
- ESTAGIÁRIO - JOILA BARREIRA DE OLIVEIRA
- ESTAGIÁRIO - ANDREA BEZERRA
- ESTAGIÁRIO - ANDERSON SILVA DE ALMEIDA
- ESTAGIÁRIO - ANA AMELIA RAMOS DE ABREU
- ESTAGIÁRIO - VLADIA POMPEU SILVA
- Relator(a): Des. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA

Despacho: Diante da disponibilidade dos direitos discutidos nos autos, ficam as partes, através de seus advogados, notificadas para comparecer à audiência conciliatória a ser realizada no dia 03 de setembro de 2009, às 15:30, na sala de audiências da Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Ceará, localizada no térreo do prédio do Tribunal da Justiça, Av. José Américo s/n - Cambéba, Fortaleza-Ceará.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 25 de agosto de 2009.

Des. José Mário Dos Martins Coelho

Coordenador da Central de Conciliação do TJCE

4 - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.1 - ATOS, RESOLUÇÕES E OUTROS EXPEDIENTES

PORTARIA Nº. 37/2009

O DESEMBARGADOR JOÃO BYRON DE FIGUEIRÊDO FROTA, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO a designação dos Juizes Corregedores Auxiliares, Dr. Hortênsio Augusto Pires Nogueira e Dr. Ireylande Prudente Saraiva, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída através da Portaria Nº 52/2008 - CGJ, alusiva ao Processo Administrativo Nº 2008.0003.5104-7/0.

CONSIDERANDO que o Dr. Hortênsio Augusto Pires Nogueira, atualmente exerce a função de Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

RESOLVE, nos termos dos artigos 59, inciso XI e 337 e seguintes do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará e dos artigos 14, inciso X, 15, inciso II, 69 ao 76, do Regimento Interno desta Corregedoria Geral da Justiça, determinar a substituição do Dr. Hortênsio Augusto Pires Nogueira, pelo Juiz Corregedor Auxiliar Dr. Luiz Evaldo Gonçalves Leite.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

GABINETE DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, aos vinte dias do mês de agosto de 2009.

DESEMBARGADOR JOÃO BYRON DE FIGUEIRÊDO FROTA
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA Nº. 36/2009

O DESEMBARGADOR JOÃO BYRON DE FIGUEIRÊDO FROTA, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO os fatos apontados no procedimento administrativo nº 2009.0010.9449-6/0 e o dever da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará de proceder à respectiva averiguação;

RESOLVE, nos termos dos artigos 14, inciso III e 48 ao 52 do Regimento Interno desta Corregedoria Geral da Justiça, determinar a realização de INSPEÇÃO na Vara Única da Comarca de VÁRZEA ALEGRE, de 3ª entrância, neste Estado, com sede no Fórum local, cujos trabalhos serão executados pelos Juizes Corregedores Auxiliares Dr. LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE e Dr. IREYLANDE PRUDENTE SARAIVA, que apresentação circunstanciada de

GABINETE DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, aos vinte dias do mês de agosto de 2009.

DESEMBARGADOR JOÃO BYRON DE FIGUEIRÊDO FROTA
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA Nº 38/2009

Regula os procedimentos para a identificação e julgamento, até 31 de dezembro de 2009, dos processos judiciais distribuídos até 31 de dezembro de 2005 - Meta de Nivelamento nº 2 do CNJ, no âmbito da Justiça de Primeira Instância do Estado do Ceará, bem como para realização da semana de conciliação envolvendo os aludidos feitos judiciais.

O DESEMBARGADOR JOÃO BYRON DE FIGUEIRÊDO FROTA, CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os Objetivos Estratégicos e as Metas Nacionais de Nivelamento constantes da Resolução nº 70 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ - , que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que uma das Metas Nacionais de Nivelamento, denominada "Meta 2", é "Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores) até 31/12/2005";

CONSIDERANDO que o primeiro objetivo institucional do Tribunal de Justiça, constante de seu Planejamento Estratégico, é a agilização da prestação jurisdicional da 1ª e da 2ª instância, com qualidade e eficiência;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça - CNJ promoverá, entre os dias 14 e 18 de setembro de 2009, campanha para a Semana Nacional de Conciliação - Meta 2;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as ações destinadas a garantir o cumprimento da Meta 2, no âmbito da Justiça de Primeira Instância,

RESOLVE:

DOS PROCEDIMENTOS GERAIS

Art. 1º Esta Portaria regula os procedimentos para a identificação e para o julgamento, até 31 de dezembro de 2009, dos processos judiciais distribuídos até 31 de dezembro de 2005, na Justiça de Primeira Instância do Estado do Ceará, bem como a realização da SEMANA DA CONCILIAÇÃO DOS PROCESSOS DA META 2, no âmbito das Unidades Judiciárias do Interior do Estado.

Art. 2º Informar que listagem dos processos ativos da justiça comum de primeiro grau, distribuídos até 31/12/2005, está disponibilizada em: INTRANET - SISTEMAS - SPROC - RELATÓRIOS - RELATÓRIO GERENCIAL DE PROCESSOS - LISTAGEM DOS PROCESSOS DA META 2 DO CNJ.

Parágrafo único. Os processos do Juizado Especial que estejam incluídos na Meta 2 serão objeto de identificação física, conforme estabelecido no art. 4º, inciso IV, desta Portaria.

Art. 3º Os Juizes de Direito, gestores naturais da META 2 em suas respectivas jurisdições, designarão um ou mais servidores de sua respectiva unidade judiciária para exercerem a função de subgestor da Meta 2.

Parágrafo único. Os nomes completos dos subgestores designados, as alterações, inclusões ou exclusões de nomes, deverão ser encaminhadas, através do e-mail institucional da Comarca/Vara, ao e-mail corregedoria@tjce.jus.br

Art. 4º Cabe ao subgestor da Meta 2:

I - baixar os arquivos eletrônicos a que se refere o art. 2º desta

- a) "autos conclusos para despacho" ou "Concluso para despacho/decisão";
- b) "autos conclusos para sentença" ou "Conclusos para julgamento";
- c) em fase de instrução;
- d) em fase de recurso.

III - Atualizar o sistema informatizado, quando forem identificados processos cuja movimentação não corresponda à realidade;

IV - identificar, fisicamente, os processos do Juizado Especial distribuídos até 31/12/2005, separando-os em categorias, conforme especificado nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso II deste artigo;

§ 1º O subgestor deverá utilizar etiqueta, que conterà os dizeres "Meta 2", para identificar os processos incluídos na Meta 2, de forma a facilitar os trabalhos em sua unidade judiciária.

§ 2º Para facilitar o cumprimento da Meta 2, o subgestor poderá separar os processos por matéria (cível/criminal/família/outras), assunto, autor ou réu, observando-se as categorias elencadas no inciso II deste artigo, selecionando aqueles em que for verificada a viabilidade de conciliação.

Art 5º Os autos com movimentação "conclusos para despacho" ou "Concluso

para despacho/decisão" e os autos "conclusos para sentença" ou "Conclusos para julgamento", incluídos na Meta 2, deverão ser encaminhados ao magistrado competente, que deverá dar prioridade na prolação de despacho/decisão ou de sentença.

Art. 6º Os processos da Meta 2, em fase instrutória, serão movimentados e diligenciados pelo subgestor, visando ao encerramento da instrução, de forma a deixá-los conclusos para o magistrado.

Art. 7º Os processos incluídos na Meta 2, em fase de recurso, deverão aguardar decisão da instância superior e, quando devolvidos, terão andamento prioritário, nos termos desta Portaria.

Art. 8º. Doravante, os subgestores deverão prestar a esta Corregedoria, até o dia 5 do mês subsequente, impreterivelmente, as informações sobre a quantidade de processos da Meta 2 que foram julgados, (corregedoria@tjce.jus.br) através do e-mail institucional da Comarca/Vara, informado na PORTARIA Nº 03/2009 .

Art. 9. Todas as comunicações, dúvidas e sugestões a serem feitas por magistrados e subgestores, referentes à Meta 2, deverão ser encaminhadas a esta Corregedoria () através do e-mail institucional da Comarca/Vara, constando o nome completo do magistrado e do subgestor.

DA SEMANA DE CONCILIAÇÃO

Art. 10. Os processos referentes à META 2 passíveis de conciliação, deverão ser incluídos em pauta para a semana da conciliação, a ser realizada no período de 14 a 18 de setembro de 2009, devendo a secretaria de juízo proceder à intimação das partes.

Art. 11. Recomendar aos Juízes e Juízas das Unidades Judiciárias do interior do Estado do Ceará, no âmbito de suas jurisdições, no sentido de se engajarem no Movimento pela Conciliação envolvendo somente os processos da META 2, a ser levado a efeito no período de 14 a 18 de setembro próximo, conclamando servidores, operadores do direito e a população em geral, para, através do Poder Judiciário,

fortalecer o espírito de cidadania com arrefecimento dos conflitos sociais através da conciliação;

Art. 12 – Ministrar aos Srs. Juízes e Sras. Juízas, para efetivação e pleno êxito do Movimento pela Conciliação, as seguintes orientações:

a) reservar o período de 14 a 18 de setembro do ano em curso para realização de audiências conciliatórias, finalidade primordial da Semana pela Conciliação;

b) proceder a triagem dos processos, conforme estabelecido no art. 4º desta Portaria, cuja demanda permita a resolução através da conciliação;

c) utilizar todos os meios de comunicação disponíveis na Comarca para divulgação do Movimento aos jurisdicionados, concitando-os a comparecerem ao Fórum local, independente de intimação, e manifestarem interesse em ter seus processos submetidos a conciliação;

d) utilização de todos os meios cêleros para intimação das partes e advogados, evitando meios mais onerosos como telegramas e cartas MP (mão própria);

e) facultar aos Srs. Juízes e Sras. Juízas a possibilidade de utilizar-se de meios criativos para otimizar o Movimento pela Conciliação, ficando a Corregedoria, através dos Juízes Corregedores Auxiliares, receptiva a sugestões;

g) alertar que, oportunamente, será disponibilizado sistema informatizado para a coleta e totalização de dados sobre as atividades desenvolvidas na semana da conciliação.

Art. 14º Todas as medidas e iniciativas implementadas para o cumprimento da Meta 2 não poderão afetar o regular processamento das ações e medidas consideradas urgentes e com prioridade legal.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Fortaleza, 26 de agosto de 2009.

Desembargador JOÃO BYRON DE FIGUEIREDO FROTA
Corregedor-Geral de Justiça

5-ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

5.4 - ATOS, EDITAIS, AVISOS E OUTROS EXPEDIENTES

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO
CEARÁ (ESMEC)

Edital nº 04/2009

CHAMADA DE ARTIGOS PARA PUBLICAÇÃO
NA REVISTA THEMIS (Vol. 7, nºs 1 e 2)

CIRCULAÇÃO EM 27/08/2009 ÀS 16:00 h